



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

MARCHA DAS MARGARIDAS. ECOFEMINISMO, MOVIMENTOS POPULARES E GLOBALIZAÇÃO EM PAUTA

Lélia Nogueira da Silva¹; José Gomes Ferreira²; Leonardo Lima de Oliveira³; Jélisse Vieira Gomes Almeida⁴

¹ Universidade Estadual da Paraíba, lelia.silva@aluno.uepb.edu.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual da Paraíba, jose.ferreira@outlook.com

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, leonardo.oliveira.n21@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jvalmeida.adv@gmail.com

GT 06: Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências socioambientais

RESUMO

Em resultado do modelo patriarcal as mulheres, sobretudo dos territórios rurais semiáridos, têm sido remetidas ao espaço doméstico. A Constituição Federal de 1988 promoveu uma abertura geral à participação das mulheres na vida pública, pelo que no início da década de 1990, surgiram vários movimentos dando visibilidade às mulheres, denunciando a violência de que vinham sendo alvo e buscando garantir igualdade de direitos. Estes movimentos têm colocado igualmente em pauta a agroecologia, a soberania alimentar, a justiça hídrica e a preservação dos territórios tradicionais face à expansão capitalista das energias renováveis. A Marcha das Margaridas, organizada a cada quatro anos em Brasília, e a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, organizada no Agreste paraibano nos restantes anos, destacam-se em defesa das mulheres e do meio ambiente. A pesquisa analisa o histórico destas iniciativas e como suas pautas são determinantes na definição das políticas públicas.

Palavras-chave: Agreste Paraibano; Agricultura familiar; Feminismo decolonial; Marcha das Margaridas; Ecofeminismo.

Destaques (highlights)

- A Marcha das Margaridas e a Marchas Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia destacam-se não apenas como reivindicações de mulheres rurais do Nordeste.
- São movimentos disruptivos que colocam em pauta a defesa pela vida, pela igualdade de direitos e pelo meio ambiente.

¹ A pesquisadora possui uma bolsa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)- Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação (PRAPG) – Código de Financiamento 001-Processo 88887.990146/2024-00



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- A partir da homenagem a Margarida Maria Alves assume-se como um movimento ecofeminista.
- Os movimentos se destacam pela sua base local e relevo nas iniciativas feministas nacionais.

INTRODUÇÃO

Em resultado da herança colonial patriarcal, persistem no Brasil fortes desigualdades na divisão social do trabalho que repercutem na invisibilidade da mulher nas atividades públicas em detrimento da sobrevalorização do homem. Essa invisibilidade é marcada pela ausência de políticas de proteção à mulher, ainda que nas últimas décadas se tenha registado um esforço em alguns setores no sentido da paridade de gênero, mas que é ainda incipiente ou ineficiente por esbarrar na aparência da observância a lei. Por sua vez, é no meio rural que a diferenciação de mulheres e homens é mais acentuada. É nesse contexto que a condição da mulher do semiárido se apresenta mais vulnerável, dadas as dificuldades históricas de desenvolvimento da região.

A herança patriarcal de origem ibérica é fortalecida pela dominação do senhor do engenho, que se estendia da propriedade à mulher, às crianças e aos escravos, e permanece ainda hoje em muitos contextos como referência masculina de ordem e poder (Mesquita; Cassiano, 2023). Ainda hoje a mulher tem dificuldade em atuar na vida pública, sujeitando-a à banalização da violência e à tentativa de sua objetificação sexual com base no autoritarismo que hierarquizou a questão de gênero (Schwarcz, 2019).

Internacionalmente, a partir de maio de 1968 o movimento ecofeminista alinha com a defesa dos direitos das mulheres e da ecologia. Hache (2024) relembra a concentração de duas mil mulheres que rodearam o Pentágono no dia 17 de novembro de 1980. O ato é conhecido como “*Woman’s Pentagon Action*”, classificado por Hache (2024, p. 389) como “uma das ações mais espetaculares dentre as mobilizações ecofeministas que ocorreram ao longo dos anos 1980”, mencionando ainda que durante mais de uma década o movimento se repetiu e juntou milhares de mulheres que gradualmente passaram a se autodesignar ecofeministas.

Para Hache (2024) as transformações ocorridas resultaram do contexto da época, pós-Conferência de Estocolmo e surgido, na sequência da publicação da obra “O nosso futuro comum”, patrocinado pelo Clube de Roma, mas também outros problemas como a corrida nuclear da Guerra Fria, o desmatamento, as epidemias, e as crises ecológica e energética.

No Brasil, as transformações resultantes da redemocratização e da aprovação da Constituição Federal de 1988. Nas últimas décadas ganharam maior destaque os movimentos feministas

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

populares do campo. Os movimentos de mulheres são uma referência fundamental e com melhor performance dentre os movimentos sociais do país (Carneiro, 2003). Em contexto rural, os movimentos feministas tiveram grande evolução, reivindicando e negociando políticas inovadoras com a intenção de reconhecer as mulheres rurais como cidadãs, independentemente de seu estado civil ou posição na família (Siliprandi; Cintrão, 2015).

A partir de uma perspectiva feminista decolonial (Sobreira; Cordão, 2024), a pesquisa analisa a Marcha das Margaridas, levada a Brasília de quatro em quatro anos, e o Movimento Regional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, organizada anualmente no Agreste paraibano, e o seu contributo na defesa da mulher contra todas as formas de violência no campo. Nas duas iniciativas é central a figura de Margarida Alves como símbolo da luta das mulheres sindicalistas brasileiras, que foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 12 de agosto de 1983, dando nome à Marcha das Margaridas.

As duas iniciativas configuram-se como espaço de contestação, de exigência de uma outra pauta agroecológica e possuem também um viés de educação popular, como também, se inserem nas pautas ecofeministas da América Latina (Sobreira; Cordão, 2025).

METODOLOGIA

O artigo se enquadra em uma pesquisa mais abrangente com foco no papel das mulheres e dos movimentos feministas na defesa da agricultura familiar no Agreste Paraibano. Tem caráter exploratório e se propõe analisar como as questões de gênero no meio rural permeiam lutas mais abrangentes por igualdade de direitos e defesa da agroecologia, destacando-se a organização das mulheres através dos movimentos como as Marchas das Margaridas e o Movimento Regional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, na região do Agreste paraibano, que com periodicidade, respectivamente, de quatro em quatro anos e anual. Estes movimentos se destacam pela sua base local e relevo nas iniciativas feministas nacionais. Para concretizar os nossos objetivos, propomos uma pesquisa de caráter qualitativo, através da pesquisa bibliográfica na construção do referencial teórico e para a coleta de dados foi realizada a análise das pautas reivindicativas dos dois movimentos através de relatórios e documentos de entidades e notícias da mídia. Foi igualmente coletada informação através do testemunho junto às lideranças e coordenação do Movimento na região, permitindo reconstruir a cronologia de

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ações da Marcha das Margaridas e do Movimento Regional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

REFERENCIAL TEMÁTICO

A discussão sobre a temática do patriarcado nos remete para os principais teóricos da Sociologia, designadamente Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda na discussão sobre a herança ibérica nas formas de dominação social, designadamente do modelo de patrocínio e de latifúndio da monocultura exportadora. Gonzalez (1984) considera que o patriarcado capitalismo revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, contribuindo de forma crucial para a direção de lutas enquanto movimento. Em resultado, os movimentos feministas emanciparam a mulher da vida privada, conquistaram o direito ao voto, lutaram pelo acesso ao ensino público e em geral à vida pública.

O movimento feminista vem lutando historicamente na defesa de direitos civis, políticos, econômicos e de igualdade de gênero. Nesse sentido, realizando manifestações coletivas de insatisfação e de protesto de diferentes grupos que demonstraram sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos das teorias universais, ao formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento feminino (Oliveira; Vilaca; Correio, 2019).

Hache (2024) situa a origem do movimento moderno no cerco do Pentágono por cerca de duas mil mulheres, em que, segundo a autora, no discurso proferido foi dito o seguinte:

Estamos nos reunindo no Pentágono nesse dia 17 de novembro [de 1980] porque tememos por nossas vidas. Tememos pela vida deste planeta, nossa Terra, e pela vida de nossos filhos que são nosso porvir humano (...). Estamos nas mãos de homens que o poder e a riqueza separaram não apenas da realidade da vida cotidiana como também da imaginação. Temos mesmo razão para ter medo (Hache, 2024, p. 388).

O fortalecimento dos movimentos se dá ainda por virem acompanhados de textos escritos pelas mesmas mulheres que participaram das ações de protesto. Tal como afirma a autora, “não são textos sobre ecofeminismo, mas textos ecofeministas” (Hache, 2024, p. 390). Por sua vez, Flores e Trevizan identificam diversas tendências dentro desse mesmo ecofeminismo, destacando um ecofeminismo clássico, espiritualista e construtivista ou culturalista. Podendo-se ainda discutir o contributo do ecofeminismo para o desenvolvimento sustentável e a discussão sobre o papel das mulheres na inversão da degradação ambiental.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

No caso brasileiro, segundo Gohn (1995), o movimento feminista tem lutado pela conquista e efetivação dos direitos das mulheres nos campos da política, do trabalho, das condições de vida, da autonomia reprodutiva, da sexualidade, entre outros em que ser mulher implicava no enfrentamento de situações de opressão. Carneiro (2003) considera que esse movimento também se destaca pelas contribuições no processo de democratização do Estado, ao pressionar diretamente o campo das políticas públicas.

A Marcha das Margaridas tem se realizado desde 2000 em Brasília, sempre de quatro em quatro anos, juntando movimentos autônomos de mulheres e o movimento popular e sindical rural e urbano, através da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. É considerada uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras na capital federal, resultando de um amplo processo de mobilização nacional, com eventos regionais e municipais em todo o País (Aguiar, 2016). O movimento deve o nome à líder sindical rural Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983, na cidade de Alagoa Grande, agreste paraibano. Já o Movimento Regional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia intercepta com a primeira Marcha nos objetivos e na composição regional da comissão organizadora, porém, acontece de forma regionalizada nos municípios integrantes da região do Agreste, na Paraíba. Segundo Teixeira (2021), a Marcha das Margaridas não é um protesto pontual que demanda apenas resposta pública a determinado problema, é “uma mobilização que envolve um processo de construção política permanente”, que integra várias iniciativas e em que “o encontro dos participantes em Brasília, para marchar e interpelar o Estado, é a culminação de um longo processo que envolve ações de reprodução social, como uma política de alianças com outros atores, organização, mobilização e formação” (2021, p.5).

Sobreira e Cordão (2024) interpretam a Marcha das Margaridas com uma ampla ação de mulheres que reúne experiências de um feminismo rural no Brasil a partir do protagonismo das Margaridas, integrando o feminismo decolonial, configurando em particular um feminismo rural no Brasil. Esse feminismo decolonial critica o “entendimento de que se o feminismo é toda luta das mulheres contra o patriarcado” (Sobreira; Cordão, 2024, p.87), costurando uma proposta alternativa que busca anular da colonialidade a universalidade que caracteriza a modernidade ocidental.

RESULTADOS

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A mesorregião do Agreste, mais precisamente a microrregião do Brejo, o município de Alagoa Grande, em particular, ganha visibilidade por estar na origem da Marcha das Margaridas, realizada em Brasília, no mês de agosto, mês que re-vivifica o assassinato daquela que deu o nome ao movimento. Nos anos mais recentes, o movimento ganhou força nas pautas reivindicativas, não só na necessidade de melhores condições para a agricultura familiar, como também na defesa de direitos sociais, no combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta, mas igualmente nos impactos da aprovação de empreendimentos eólicos nas comunidades da região, afetando nas atividades tradicionais e ocupação do solo (Marcha das Margaridas, 2023).

A Marcha regional é organizada pelo coletivo Agricultura Familiar e Agroecologia e pelo Polo da Borborema (AS-PTA), uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais da região da Borborema, no Agreste da Paraíba. A Marcha acontece todos os anos em um dos 14 municípios do Polo e aborda a cada ano uma temática diferente, discutido nos diversos encontros preparatórios realizados nas comunidades rurais desde novembro do ano anterior à realização da marcha (Pessoa; Alves, 2020).

O Quadro 1 mostra o calendário e as pautas da Marcha das Margaridas, que desde 2000 tem reunido as mulheres brasileiras em Brasília, e a organização local da Marcha pela Vida das mulheres e pela Agroecologia, que desde 2010 tem sido em várias cidades da região da Borborema.

Quadro 1. Temas das edições das Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e Marcha das Margaridas

MARCHAS PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA			MARCHA DAS MARGARIDAS		
Ano	Localidade	Tema	Ano	Localidade	Tema
2010	Remígio	Maior participação das mulheres do campo nas esferas produtivas e políticas e visibilizar as inúmeras formas de violência contra a mulher.	2000	Brasília	2000 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2011	Queimadas	Denunciar as desigualdades sociais e a violência contra mulher e lutar por direitos e por relações mais justas na agricultura familiar.			
2012	Esperança	Denunciar as desigualdades sociais e a violência contra mulher e lutar por direitos e por relações mais justas na agricultura familiar.	2003	Brasília	2003 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista
2013	Solânea	Luta por direitos e relações mais justas na agricultura familiar e pelo Fim da Violência Contra a Mulher.			
2014	Massaranduba	Acesso às políticas Públicas e luta contra a violência patrimonial.	2007	Brasília	2007 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista
2015	Lagoa Seca	Marchando por saúde, por qualidade de vida e por políticas públicas.			
2016	Areial	Luta pelo fim da violência contra a mulher			
2017	Alagoa Nova	Pelo fim da cultura de estupro e contra a reforma da previdência.			
2018	São Sebastião de Lagoa de Roça	Diversidade sexual e a divisão justa do trabalho doméstico.	2011	Brasília	2011 Razões para Marcha por: Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade
2019	Remígio	Racismo e a mulher negra, afirmação da identidade racial.			
2020	Esperança	Não a violência contra a mulher e visibilidade, papel e contribuição das camponesas na construção da agricultura familiar do território.	2015	Brasília	Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade
2021	Virtual	Sem cuidado não há vida.			
2022	Solânea	Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológica não é lugar de parques eólicos.	2019	Brasília	Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência
2023	Montadas	Mulheres em defesa do território – Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico.			



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2024	Areial	"Mulheres em defesa do território: Caatinga viva, floresta em pé".			
2025	Esperança	Mulheres em defesa da Borborema agroecológica: Nenhum passo a mais para dentro do nosso território.	2023	Brasília	Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver!

Fonte: organizado pelos autores a partir do testemunho das lideranças e fontes documentais (2025).

Estas Marchas não apenas dão visibilidade às pautas das mulheres do campo, contribuem para a construção de uma história de resistência e educação política de forma contínua. A diversidade nas diferentes edições reflete a capacidade desses movimentos articularem reivindicações estruturais, e isso acaba por fortalecer as redes de mobilização local e também a nível nacional. Por outro lado, revelam um teor estratégico na formação de lideranças comunitárias e na consolidação de práticas agroecológicas feministas que tensionam diretamente os modelos de desenvolvimento hegemônico imposto pelo território do semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres, em particular rurais e do semiárido nordestino, tem marcado as ações dos movimentos ecofeministas nacionais, dando não apenas visibilidade às desigualdades históricas de gênero e as violências que vêm sofrendo, mas reivindicando igualmente aceitação na definição das propostas de desenvolvimento para os seus territórios. Inspirados nas ações dos coletivos ecofeministas estadunidenses das décadas de 1980 e seguintes, as ações que organizam respondem a demandas estaduais, nacionais e internacionais, posicionando a Marcha das Margaridas e a Marcha do movimento regional pela Agricultura Familiar e Agroecologia no Polo da Borborema (AS-PTA) no reforço de uma nova face de um ambientalismo popular, feminino e reivindicativo por novas estratégias de desenvolvimento local e regional.

Paralelamente à pauta recorrente da luta contra a violência doméstica, que continua fazendo vítimas, estas ações, através dos movimentos que os representam, vem participando na disputa por novas políticas públicas capazes de reforçar a agricultura familiar face ao avanço da agricultura intensiva, produtora de *commodities* e com grandes impactos ambientais e repercussões sociais. Por outro lado, perante a ameaça das energias renováveis sobre os seus territórios, tradições e modo de vida, têm sido os coletivos de mulheres a manifestar-se contra

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

o modelo de ocupação capitalista dos espaços produtivos. As mulheres manifestam-se em favor de feminismo intersectorial de base rural que elimina a opressão a que têm sido expostas e por um novo projeto de desenvolvimento na qual têm algo a dizer.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261–295-261–295, 2016.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 15, n. 14-15, p. 231–239, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 29 maio. 2025.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola: São Paulo. 1995.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, ANPOCS, p. 126-137, 1984.

HACHE, E. Reivindicar o Ecofeminismo—prefácio. **Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales**, v. 12, n. 2, p. 386-426, [2016] 2024.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha 2023**. Disponível em <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>. Acesso em: 17 maio 2025.

MESQUITA, A. P.; CASSIANO, L. J. S. Capitalismo, patriarcado e racismo: Revisitando o lugar da mulher na formação socio-histórica brasileira. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/rf.v11i1.51278. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/51278>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, M. R.; VILAÇA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 52-76, jan-



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

jun. 2019. DOI: 10.18227/2237-8057rarr.v9i1.5321. Disponível em:
<https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/5321/pdf> . Acesso em: 21 mar. 2025.

PESSOA, J.; ALVES, C. Femicídio é tema da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia nesta quinta. **Brasil de Fato**, 10 de março de 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/10/femicidio-e-tema-da-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-nesta-quinta/>. Acesso em 3 de mai. 2025.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.), **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SOBREIRA, D. N.; CORDÃO, M. P. S. Na intersecção de histórias femininas e sindicais no brejo paraibano. Cultura e sociedade. In SOUZA, A. C. B.; AZEVEDO NETO, J. M.; PEREIRA, M. P. B. (org.). **História, cultura e sociedade**. Teorias e Metodologias de Pesquisa (PPGH – UFCG). Feminismo decolonial. Campina Grande: EDUCG, p. 86-98, 2024.

TEIXEIRA, M. A. **Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas**: a Marcha das Margaridas. Caderno CRH, v. 34, p. e021008, 2021.